



Reseña del libro LÉONARD, Yves, *História da nação portuguesa*

Nelson Jorge de Castro Araújo

Universidade do Porto, Portugal

nelson.j.c.araujo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1654-3387>

Cómo citar esta reseña: De Castro Araújo, Nelson Jorge (2025). Reseña del libro Léonard, Yves, *História da nação portuguesa*. *Pasado y Memoria* (30), 238-242, <https://doi.org/10.14198/pasado.27917>

Ficha bibliográfica: Yves Léonard, *História da nação portuguesa*. Lisboa, Planeta, 2023, 344 pp. ISBN: 978-989-777-798-1

Palabras clave: Historia de Portugal; Nacionalismo; Historia de Europa.

De nacionalidade francesa, profundo conhecedor da História Contemporânea de Portugal e autor, entre outros títulos, de *Salazarismo e Fascismo* e da *História do Portugal Contemporâneo: de 1890 aos nossos dias*, o investigador da Université de Rouen Normandie e membro do Centre d'Histoire de Sciences Po, Yves Léonard passou a deter, no espaço de meio ano, a tradução para português de mais três das suas obras relativas à História Contemporânea de Portugal: *Salazar, uma biografia*; *História da Nação Portuguesa*; e *Breve História do 25 de abril*.

A tradução portuguesa, da autoria de Paulo Ramos, da *Histoire de la Nation Portugaise* – intitulada (fielmente) *História da Nação Portuguesa* – parte integrante de uma coleção francesa dedicada à História de várias nações europeias

El autor declara que no hay conflicto de intereses.

©2025 Nelson Jorge de Castro Araújo



Este trabajo se comparte bajo la licencia de Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional de Creative Commons (CC BY-NC-SA 4.0): <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

apresenta-se, na versão em português, com uma imagem de capa que mostra a arte da azulejaria ao serviço da glorificação nacional. De facto, a *História da Nação Portuguesa*, mais do que resumir os feitos passados de um país antiquíssimo procura, acima de tudo, identificar o surgimento inequívoco da ideia de nação. Numa introdução em que salienta os principais símbolos nacionais (esfera armilar, hino, bandeira, entre outros) o autor reflete, também, sobre a perda da independência do reino de Portugal (1580) cuja recuperação, em 1640, é vista como um breve ressurgimento glorioso que desemboca na percepção de uma decadência que os portugueses procuraram combater na ânsia de reinventarem uma «nova idade de ouro» (p. 20). A imagética da «idade de ouro» foi sendo reinventada com uma base histórica: Salazar, na busca de engrandecer o seu regime (o Estado Novo), enveredou pela construção de uma narrativa nacional baseada em interpretações, vastas vezes, abusivas e distorcidas da História de Portugal – e que impôs como paradigma no ensino e na Universidade, tendo como zénite dessa narrativa a Expansão Marítima. Com o 25 de abril de 1974 e a conseqüente descolonização, os novos dirigentes políticos procuraram criar uma nova identidade pela integração na União Europeia; apesar de tudo isto, atualmente, a extrema-direita portuguesa capitaneada por André Ventura e pelo partido *Chega* tem-se apropriado da narrativa salazarista e de um discurso racista e xenófobo... ainda que se adivinhem possíveis «tempestades» no horizonte, Léonard crê na permanência de um Portugal democrático e, acima de tudo, numa sociedade multifacetada e multicultural.

Após estas ideias introdutórias, o desenvolvimento da obra adota uma estrutura tripartida (*Um reino por um sonho; uma certa ideia de Portugal; e qual a narrativa da nação*), em que se pretende apresentar a construção e o surgimento de um sentimento nacional – bem como a utilização da História pátria ao serviço dessa construção. Deste modo, a primeira parte principia com a imagem heroica de Viriato e a respetiva identificação dos lusitanos com os portugueses numa clara simbiose que, ainda hoje, perdura: esta figura de guerreiro lendário, apropriada pelo Estado Novo, desempenhou uma função importante no mito das origens nacionais. A terminar esta primeira parte, Léonard enuncia em traços breves os momentos de miscigenação e de passagem de povos pelos atuais territórios da Península Ibérica – com particular destaque para os mais recentes desenvolvimentos científicos na identificação de ADN desses diversos povos nos atuais portugueses.

A segunda parte perscruta o aparecimento de «uma certa ideia de Portugal» (p. 131) assente na recusa de pertença a Castela e na reinvenção do Império Colonial à medida que as perdas territoriais se sucediam. Após a criação de uma nova imagética nacional com a 1.^a República, segue-se a construção nacional

elaborada pelo Estado Novo – assente em toda uma narrativa nacionalista da história nacional.

A terceira parte incide sobre as permanências ideológicas e a consciência nacional portuguesa após o término do Estado Novo. A perda das colónias com a descolonização, a integração na CEE e as relações com os países integrantes da União Europeia são alguns dos aspetos mais importantes desta divisão temática – em que se inclui, também, uma reflexão sobre o modo como a identidade nacional tem sido aproveitada por partidos de extrema-direita como forma de se alcançarem no poder (com especial destaque para as conquistas do partido *Chega*).

A referência à ascensão da direita radical, enquanto movimento que pretende a manutenção de um viés historiográfico, está patente na conclusão deste trabalho – no qual Léonard alerta para a necessidade de Portugal se reconciliar com um passado doloroso que pretende esquecer – de forma a consciencializar a população e a combater o extremismo. Essa reconciliação com o passado é, para este historiador, a melhor forma para a admissão do real papel de Portugal enquanto país sem, no entanto, esconder os factos e contextos que o desedificam ou fragilizam aos olhos dos seus nacionais.

Obra de leitura fácil, importante pela temática que abarca, não deixa de ter o cunho do seu autor nas sucessivas e importantes referências ao Estado Novo e à construção de uma imagem nacional que este regime operou. A questão do uso da História enquanto meio para a criação de uma tipologia de narrativa foi por demais evidente neste regime ditatorial – ainda que, noutros períodos históricos (e o autor não deixa de o frisar) o mesmo facto tenha ocorrido, em graus diferenciados, com intuitos legitimistas.

Fornecendo, simultaneamente, um resumo breve da História de Portugal, a *História da Nação Portuguesa* permite ao leitor não especializado um contacto com temáticas fundamentais do passado de Portugal – mas com um olhar renovado, que afirma o óbvio para tornar o relato inteligível. Explico: a forma como são transmitidas conclusões óbvias – de que é exemplo a ideia de que Portugal não iniciou a escravatura, ainda que tenha em muito amplificado o processo – permite-me afirmar que o próprio autor está ao corrente da existência de narrativas erróneas (assentes em factos e ideias distorcidas em que se pretende a criação de realidades alternativas) presentes em fóruns online, redes sociais e em vídeos que pretendem ser instrutivos. Poderiam ser destacadas outras frases semelhantes, nas quais Léonard usa a mesma simples sagacidade ao serviço da compreensão intelectual do cidadão comum. Esta preocupação com o leitor não especializado está patente não só no discurso acessível, mas também na cronologia final incluída e no relegar das notas para o final do

conteúdo da obra (antes da cronologia) o que, para o especialista e investigador, é bastante irritante – por ter de procurar a página onde se encontra a explanação respetiva. A bibliografia utilizada, apesar de tudo, é abrangente o suficiente para uma obra deste âmbito.

Respetivamente a alguns aspetos relacionados com o conteúdo, como não poderia deixar de ser, é premente a questão da Nação. Quando nasce? Para Léonard, com segurança, Portugal possui essa ideia de nação desde o século XIX, podendo datar esse surgimento no período em que ocorreram as invasões francesas. Contudo, apesar deste posicionamento – que atribui a primazia à Revolução Francesa no nascimento do ideal romântico de nação – o autor não esquece vários momentos da História portuguesa em que se poderia atribuir o nascimento desta ideia, salientando o que entende diferenciar esses movimentos (dos quais se relevam a crise de 1383-1385 e a Restauração da Independência de 1640) daquilo que são, de facto, as características distintivas da nação. Aqui encontra-se patente o argumento de que a identificação de uma nação implica muito mais do que a existência de um território e de um *governante nacional* alcandorado no poder. Concluindo, indiscutivelmente por um processo contínuo da formação de uma Nação, que atravessa séculos, Léonard não deixa de frisar que tal construção, para Portugal, foi tardia – uma vez que, apesar de a língua há muito ser fator de união só nos séculos XIX e XX, entre outros elementos listados e destacados pela historiadora Anne-Marie Thiesse, é que se definiram concretamente os símbolos nacionais e se criou toda uma construção folclórica e histórica essencial para a consciência nacional das massas. Embora concorde com o processo paulatino de criação da Nação – detentora de um conjunto de simbologia e aspetos singulares – não poderei deixar este comentário sem afirmar que, por muito úteis que sejam as categorizações baseadas em listagens, a realidade que pretendem caracterizar é sempre mais complexa do que deixam entrever. Considere-se, portanto, que a proposta centrada no trabalho de Anne-Marie Thiesse, e que esta obra encerra, é uma proposta teórica que, seguramente, encontrará os seus críticos numa discussão ainda em aberto no meio historiográfico.

Finalmente, este comentário não pode deixar de refletir sobre o papel de cientista político que, por vezes, Léonard desempenha em algumas passagens deste livro. Em particular, a referência à esperança da manutenção de um Portugal democrático, capaz de resistir às investidas da extrema-direita. Enquanto cidadão português, eu tenho esperança numa continuidade democrática da República Portuguesa; na realidade, o recente crescimento do partido *Chega*, em termos de representação parlamentar, obriga a cautelas sobre o rumo que o país poderá seguir em anos vindouros: a garantia de sensatez é, como

nas guerras, ténue ou quase inexistente. Portanto, mesmo menos otimista que o autor, mantenho essa esperança de que se mantenha a deriva democrática que, desde há 50 anos recentemente completados, tem sido insistentemente promovida e celebrada nas cerimónias do Dia da Liberdade.